



**Ribas diz que Executivo dará informações mensais sobre gastos**

## Verba só dura até maio

O orçamento Geral da União para 89 somente dará para o pagamento dos funcionários públicos até maio. A previsão é dos técnicos do Ministério do Planejamento. O próprio secretário de Orçamento e Finanças, José Ribas Netto, acredita que em maio o executivo não escapará do envio de projeto de suplementação ao Congresso (lei de excesso de arrecadação) para assegurar o pagamento dos funcionários no final do primeiro semestre.

Se fosse mantida a indexação do projeto do executivo, isso seria desnecessário. Com a sua retirada pelo Congresso e a introdução de uma previsão inflacionária de 10% ao mês, as tradicionais leis de excesso estão de volta. Isso também vai acontecer para a manutenção da má-

quina administrativa dos ministérios e demais projetos. Os recursos deverão cobrir os gastos apenas até o final do primeiro semestre de 89.

Somente se a correção mensal dos salários pela unidade de Referência de Preços (URP) for derrubada, com os salários sendo prefixados em patamares mais baixos de que as estimativas inflacionárias atuais, o orçamento conseguirá cobrir os gastos com pessoal até junho, na avaliação de assessores do planejamento. Nesse caso, o Executivo poderá até evitar mandar lei de excesso orçamentária em maio, adiando um ou dois meses, como já foi feito anteriormente pela área econômica, no esforço de segurar os gastos públicos.